

ATA NÚMERO 162/XII/2.^a SL

Aos 13 dias do mês de março de 2013, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Audição do Senhor Secretário Regional do Plano e Finanças do Governo Regional da Madeira, no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 121/XII/2.^a (GOV) – Aprova a Lei das Finanças das Regiões Autónomas.
2. Apreciação e votação das atas n.os 158, 160 e 161, referentes às reuniões de 6, 13 e 15 de março, respetivamente.
3. Apreciação e votação do parecer à Proposta de Lei n.º 127/XII/2.^a (GOV) – Procede à sexta alteração à Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro, que estabelece medidas de reforço da solidez financeira das instituições de crédito no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira e da disponibilização de liquidez nos mercados financeiros.
Autor do parecer: Senhor Deputado João Galamba (PS).
4. Discussão e votação indiciária, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 307/XII/2.^a (PS) – Cobrança de Comissões e outros encargos pelas Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras devidas pela prestação de serviços aos consumidores.
5. Apreciação e votação do parecer ao Projeto de Lei n.º 350/XII/2.^a (BE) – Cria condições para a melhoria do financiamento às empresas no âmbito da ajuda aos bancos por parte do Estado.
Autor do parecer: Senhor Deputado Pedro Nuno Santos (PS).
6. Apreciação e votação do parecer ao Projeto de Lei n.º 352/XII/2.^a (BE) – Repõe a taxa do IVA na eletricidade e no gás natural a 6%.
Autor do parecer: Senhor Deputado Paulo Sá (PCP).
7. Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 638/XII/2.^a (PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE e PEV) – Recomenda ao Governo que determine uma clarificação por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira quanto ao regime de isenção do IVA aplicável à cobrança e gestão de direitos de autor e atividades conexas.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

8. Apreciação e votação do relatório à Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo, à Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à proteção penal do euro e de outras moedas contra a contrafação e que substitui a Decisão-Quadro 2000/383/JAI do Conselho e à Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às informações que acompanham as transferências de fundos [COM(2013)42, 44 e 45].
Relatora: Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP).
9. Deliberação sobre as auditorias a determinar ao Governo e a solicitar ao Tribunal de Contas, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 62.º da Lei de Enquadramento Orçamental, referentes ao ano de 2012.
10. Outros assuntos.

1. Audição do Senhor Secretário Regional do Plano e Finanças do Governo Regional da Madeira, no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 121/XII/2.ª (GOV) – Aprova a Lei das Finanças das Regiões Autónomas.

O Senhor Presidente iniciou os trabalhos, dando continuidade ao processo de apreciação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 121/XII/2.ª \(GOV\)](#), devendo na presente reunião proceder-se à audição do Governo Regional da Madeira.

Nestes termos, deu as boas vindas ao Senhor Secretário Regional do Plano e Finanças e ao Senhor Diretor Regional do Orçamento do Governo Regional da Madeira, dando de imediato a palavra ao Senhor Secretário Regional, que efetuou uma intervenção inicial, na qual deu conta de diversas questões suscitadas pela proposta de lei, nomeadamente em matéria de controlo orçamental, assuntos fiscais e fundo de coesão.

O Senhor Presidente agradeceu a alocação do Senhor Secretário Regional e abriu, de imediato, o debate, no qual intervieram os Senhores Deputados Jacinto Serrão e Ricardo Rodrigues (PS), Cristóvão Crespo (PSD), João Pinho de Almeida e Rui Barreto (CDS-PP) e Honório Novo (PCP), tendo o Senhor Secretário Regional e o Senhor Diretor Regional respondido, em bloco, às questões colocadas.

Em sede de segunda ronda, usaram da palavra os Senhores Deputados Ricardo Rodrigues (PS), Hugo Velosa (PSD), Honório Novo (PCP), Pedro Filipe Soares (BE) e Cristóvão Crespo (PSD), após o que intervieram o Senhor Secretário Regional e o Senhor Diretor Regional para responder às questões e comentários formulados.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Não se registando intervenções adicionais, o Senhor Presidente agradeceu as informações e esclarecimentos prestados pelo Governo Regional da Madeira, sublinhando o contributo positivo das audições para o processo legislativo, e agradecendo, antecipadamente, o envio posterior de informação adicional à COFAP pelo Governo Regional da Madeira, após o que deu por concluídos os trabalhos, não sem antes recordar as próximas audições, já agendadas, sobre a presente iniciativa legislativa.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta ata. A gravação e outras informações podem ser consultadas no [portal internet](#) da Comissão.

2. Apreciação e votação das atas n.º 158, 160 e 161, referentes às reuniões de 6, 13 e 15 de março, respetivamente.

As [atas n.º 158, 160 e 161](#), referentes às reuniões de 6, 13 e 15 de março, respetivamente, foram aprovadas por unanimidade, verificando-se a ausência do PCP.

3. Apreciação e votação do parecer à Proposta de Lei n.º 127/XII/2.^a (GOV) – Procede à sexta alteração à Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro, que estabelece medidas de reforço da solidez financeira das instituições de crédito no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira e da disponibilização de liquidez nos mercados financeiros.

Autor do parecer: Senhor Deputado João Galamba (PS).

O Senhor Deputado João Galamba apresentou o parecer à [Proposta de Lei n.º 127/XII/2.^a \(GOV\)](#), dando conta das principais disposições constantes da iniciativa. Em sede de debate, o Senhor Deputado foi saudado pelos Grupos Parlamentares presentes, após o que o parecer foi votado e aprovado por unanimidade.

5. Apreciação e votação do parecer ao Projeto de Lei n.º 350/XII/2.^a (BE) – Cria condições para a melhoria do financiamento às empresas no âmbito da ajuda aos bancos por parte do Estado.

Autor do parecer: Senhor Deputado Pedro Nuno Santos (PS).

O Senhor Deputado Pedro Nuno Santos (PS) apresentou o parecer ao [Projeto de Lei n.º 350/XII/2.^a \(BE\)](#), após o que, em sede de debate, foi saudado pelos Grupos Parlamentares, tendo o Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE) efetuado uma fundamentação política da iniciativa. O parecer foi, de seguida, votado e aprovado por unanimidade.

A propósito das duas iniciativas (pontos 3 e 5 da Ordem do Dia), o Senhor Deputado Pedro Nuno Santos (PS) questionou a grelha de tempos atribuída, em sede de Conferência de Líderes, para o debate na generalidade, tendo o Senhor Deputado Paulo Batista Santos (PSD)

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

acrescentado que a importância do tema mereceria outro debate, após o que a Comissão deliberou, consensualmente, manifestar junto da Senhora Presidente da Assembleia da República o desconforto quanto à referida grelha, manifestamente insuficiente para a complexidade, relevância e atualidade dos temas em debate.

6. Apreciação e votação do parecer ao Projeto de Lei n.º 352/XII/2.ª (BE) – Repõe a taxa do IVA na eletricidade e no gás natural a 6%.

Autor do parecer: Senhor Deputado Paulo Sá (PCP).

O presente ponto da Ordem do Dia foi adiado, por deliberação consensual da Comissão.

4. Discussão e votação indiciária, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 307/XII/2.ª (PS) – Cobrança de Comissões e outros encargos pelas Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras devidas pela prestação de serviços aos consumidores.

Não tendo sido apresentadas propostas de alteração ao [Projeto de Lei n.º 307/XII/2.ª \(PS\)](#), a Comissão procedeu à discussão e votação indiciária da iniciativa na especialidade, tendo usado da palavra o Senhor Deputado Michael Seufert (CDS-PP) e o Senhor Deputado Paulo Batista Santos (PSD), este último para informar que apresentaria, em plenário, uma declaração de voto sobre a presente iniciativa. Terminada a fase de intervenções, procedeu-se à votação, em bloco, da iniciativa.

O registo do Relatório de Votações pode ser consultado na [página internet da Comissão](#).

7. Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 638/XII/2.ª (PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE e PEV) – Recomenda ao Governo que determine uma clarificação por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira quanto ao regime de isenção do IVA aplicável à cobrança e gestão de direitos de autor e atividades conexas.

A redação final da iniciativa foi fixada por unanimidade, nos termos regimentalmente previstos.

8. Apreciação e votação do relatório à Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo, à Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à proteção penal do euro e de outras moedas contra a contrafação e que substitui a Decisão-Quadro 2000/383/JAI do Conselho e à Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às informações que acompanham as transferências de fundos [COM(2013)42, 44 e 45].

Relatora: Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP)

O presente ponto da Ordem do Dia foi adiado, a pedido da Senhora Deputada relatora.

9. Deliberação sobre as auditorias a determinar ao Governo e a solicitar ao Tribunal de Contas, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 62.º da Lei de Enquadramento Orçamental, referentes ao ano de 2012.

Sobre o presente ponto da Ordem do Dia, e efetuado um ponto de situação aos pedidos efetuados pela Comissão, nos termos da Lei, em exercícios anteriores, o Senhor Presidente solicitou o envio de contributos (preferencialmente sem duplicação face a anos anteriores), até ao início da semana seguinte. Neste ponto, o Senhor Deputado Paulo Batista Santos (PSD) agradeceu o ponto de situação organizado pelos serviços, tendo solicitado que fosse averiguado se os relatórios de auditoria em falta estariam em condições de ser remetidos, a breve trecho, à Assembleia da República.

10. Outros assuntos.

Não foram suscitados outros assuntos.

A reunião foi encerrada pelas 13:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 20 de março de 2013

O PRESIDENTE,

EDUARDO CABRITA

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Carlos Santos Silva
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Eduardo Cabrita
Elsa Cordeiro
Fernando Virgílio Macedo
Honório Novo
Isabel Santos
João Galamba
João Pinho de Almeida
José de Matos Rosa
Miguel Frasquilho
Paulo Batista Santos
Pedro Filipe Soares
Pedro Jesus Marques
Pedro Nuno Santos
Artur Rêgo
Carlos Silva e Sousa
Cláudia Monteiro de Aguiar
Hortense Martins
Hugo Velosa
Jacinto Serrão
Jorge Paulo Oliveira
Michael Seufert
Nuno Serra
Ricardo Rodrigues
Rui Barreto
Vasco Cunha

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Fernando Medina

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Duarte Pacheco
Nuno Reis
Sónia Fertuzinhos